



# Anais da Assembléia

Nº 90

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 13 DE AGOSTO DE 1990

ANO XVI

4.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 63.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 13 DE AGOSTO DE 1990  
(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Algaci Túlio e Vera Agibert.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Tadeu Lúcio Machado, Pirajá Ferreira, Algaci Túlio, Acir Mezzadri, Antônio Bárbara, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, David Cheriegate, Djalma de Almeida César, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, José Rogério Carvalho, Lindolfo Júnior, Luciano Pizzatto, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Vasconcellos, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Raul Lopes, Rubens Bueno, Valderi Mendes Vilela e Vera Agibert (29). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: José Afonso Júnior, Orlando Pessutti, Werner Wanderer, Antonio Annibelli, Antônio Costenaro Neto, Cândido Bastos, Dirceu Manfrinato, Gernote Kirinus, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Alves, José Felinto, Lauro Lobo Alcantara, Leônidas Chaves, Luiz Antonio Setti, Mário Pereira, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nereu Carlos Massignan, Nilton Barbosa, Paulino José Delazeri, Rafael Greca, Renato Adur e Sabino Campos (24). Achando-se em licença o Senhor Deputado Eduardo Baggio (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

## SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está em votação a Ata que acaba de ser lida.-  
Aprovada.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR (Pela Ordem) - Senhor Presidente, solicito verificação de votação da Ata.

O SR. NELSON VASCONCELLOS (Pela Ordem) - Requeiro chamada nominal dos Senhores Deputados, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa defere e solicita ao Senhor 1º Secretário que proceda à chamada nominal dos Senhores Deputados.

(É procedida à chamada nominal dos Senhores Deputados).

19 Senhores Deputados responderam à chamada nominal.

Aprovada a Ata.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

## EXPEDIENTE:

Mensagem:

MENSAGEM Nº 147/90

Curitiba, 07 de agosto de 1990.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva instituir o "Sistema Estadual de Museus do Paraná", assim como adotar outras providências.

O plano de lei ora submetido a essa augusta Assembléia Legislativa, consulta plenamente aos superiores interesses do Estado e decorre de Exposição de Motivos que me foi dirigida pelo Senhor Secretário de Estado da Cultura, cujos termos, por mim ratificados, vão adiante transcritos:

"Através do presente, encaminho anteprojeto de lei que institui o Sistema Estadual de Museus do Paraná e dá outras providências, redigido por técnicos desta Pasta e da Secretaria do Planejamento, sob minha supervisão.

Trata-se de iniciativa da maior importância na área cultural do nosso Estado e destinada a produzir frutos permanentes não somente no quadro específico da conservação de espaços físicos, como também, e principalmente, nas suas atividades essenciais e programação didática.

Por outro lado, a iniciativa ora adotada tem também o objetivo de cumprir, entre outros, os artigos 191 e 193 da Constituição Estadual que determinam a preservação de bens materiais e imateriais referentes às características da Cultura do Paraná como patrimônio comum, bem como a manutenção de órgãos e espaços culturais devidamente equipados."

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

## Governador do Estado

## ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica instituído o Sistema Estadual de Museus do Paraná, nos termos desta lei.

Parágrafo Único - Para efeito desta lei, consideram-se museus os organismos caracterizados como instituições formais, dotados de quadro funcional, com acervo aberto ao público, destinados a coletar, pesquisar, conservar, expor e divulgar esse acervo com objetivos educacionais, culturais e de lazer.

Art. 2º - Constituem objetivos do Sistema Estadual de Museus do Paraná:

I - estabelecer um padrão museológico baseado no papel que cada museu desempenha na comunidade;

II - promover a articulação entre os museus existentes no Estado, respeitando sua autonomia jurídico-administrativa, programática e técnica;

III - desenvolver programas de assistência técnica e museológica aos museus que integram o Sistema Estadual de Museus do Paraná e a novos núcleos museológicos, de acordo com suas necessidades e, especialmente, nos aspectos relacionados à adequação, fusão e reformulação de museus;

IV - promover programas de capacitação de recursos humanos destinados à área museológica;

V - estimular a participação da iniciativa privada na alocação de recursos que possam garantir o aprimoramento e a manutenção do Sistema;

VI - incentivar a realização de atividades culturais dos museus junto à comunidade;

VII - acompanhar a execução dos programas em desenvolvimento, avaliando, discutindo e divulgando seus resultados;

VIII - fomentar as atividades de pesquisa, inventário, registro, vigilância e tombamento;

IX - sugerir formas de visitação aos museus, com destaque para o sentido didático;

X - manter intercâmbio com entidades congêneres, nacionais e internacionais;

Art. 3º - O Sistema Estadual de Museus do Paraná será gerido pela Secretaria de Estado da Cultura, através da Coordenação do Sistema Estadual de Museus do Paraná . COSEM.

Art. 4º - Para atender ao disposto no artigo anterior, fica transformada a Coordenadoria de Museus, unidade do nível de execução programática da estrutura da Secretaria de Estado da Cultura, em Coordenação do Sistema Estadual de Museus do Paraná.

Art. 5º - Integrarão o Sistema Estadual de Museus do Paraná os organismos mu-

seológicos estaduais oficiais, podendo dele também participar, mediante a celebração de convênios com o órgão central do Sistema, entidades públicas municipais, federais e privadas com atuação no Estado do Paraná.

§ 1º - Integram o Sistema Estadual de Museus do Paraná, na categoria de museus estaduais oficiais, as seguintes unidades:

I - Museu Alfredo Andersen;

II - Museu de Arte Contemporânea;

III - Museu de Arte do Paraná;

IV - Museu de História Natural;

V - Museu da Imagem e do Som;

VI - Museu Paranaense.

§ 2º - São integrantes do Sistema, como prolongamento dos museus, o Parque Histórico do Mate, A Casa João Turin e o Centro Juvenil de Artes Plásticas, ligados ao Museu Paranaense, ao Museu de Arte do Paraná e ao Museu Alfredo Andersen, respectivamente.

§ 3º - A Coordenação do Sistema Estadual de Museus do Paraná é responsável pela programação da Sala Miguel Bakun, do Hall da Secretaria de Estado da Cultura e de outras exposições ocasionais.

Art. 6º - São atribuições da Coordenação do Sistema Estadual de Museus do Paraná:

I - a programação e a operacionalização dos procedimentos técnicos inerentes ao Sistema;

II - a elaboração de programas de divulgação das atividades do Sistema;

III - a organização e a manutenção de um cadastro geral de museus do Estado;

IV - a organização e a manutenção de inventários e registros do acervo dos museus vinculados ao Sistema;

V - a promoção de cursos de capacitação e de aperfeiçoamento de recursos humanos envolvidos na área museológica;

VI - a elaboração e a divulgação de padrões e de procedimentos técnicos para orientação aos responsáveis pelos museus que integram o Sistema;

VII - a organização de eventos culturais e educativos e de encontros de museus no Estado;

VIII - a identificação de fontes de recursos, através de contatos com organismos públicos e privados, nacionais e internacionais que detenham interesse na área museológica;

IX - a análise e o parecer prévio sobre a concessão de recursos financeiros aos museus integrantes do Sistema;

X - as providências quanto à celebração de convênios, contratos e acordos entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado da Cultura, e organismos públicos e privados, nacionais e internacionais, visando ao atingimento dos objetivos do Sistema;

XI - a administração dos acordos de que trata o inciso anterior e o acompanhamento do cumprimento dos seus objetivos;

XII - o controle da aplicação dos recursos financeiros concedidos aos museus integrantes do Sistema, através do acompanhamento da execução de projetos que envolvam tais recursos;

XIII - a produção de textos e de publicações de interesse da área museológica;

XIV - a representação do Estado do Paraná junto ao Sistema Nacional de Museus;

XV - o apoio técnico aos trabalhos de restauro de bens culturais móveis;

XVI - a proposta de criação de novas unidades no âmbito do Sistema Estadual de Museus do Paraná;

XVII - a elaboração de projetos visando o estímulo das atividades de pesquisa, inventário, registro, vigilância e tombamento;

XVIII - o desempenho de outras atividades correlatas.

Art. 7º - Fica criado, no âmbito da Secretaria de Estado da Cultura, o Conselho Consultivo do Sistema Estadual de Museus do Paraná.

Parágrafo Único - São mantidos os atuais Conselhos Consultivos das unidades museológicas oficiais que integram o Sistema.

Art. 8º - São atribuições do Conselho Consultivo do Sistema Estadual de Museus do Paraná:

I - a emissão de parecer sobre as matérias referidas no artigo 6º desta lei;

II - a sugestão de medidas administrativas e culturais visando ao desenvolvimento do Sistema;

III - a avaliação bianual do funcionamento do Sistema;

IV - o desempenho de outras atividades correlatas.

Art. 9º - O Conselho Consultivo do Sistema Estadual de Museus do Paraná será presidido pelo Secretário de Estado da Cultura e composto de mais 10 (dez) membros, a saber:

I - O Diretor Geral da Secretaria de Estado da Cultura;

II - O Chefe da Coordenação do Sistema Estadual de Museus do Paraná.

III - 01 (um) representante do Conselho Regional de Museologia - COREM;

IV - 01 (um) representante do órgão estadual responsável pela área de Ciência e Tecnologia;

V - 01 (um) representante do Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural - IBPC;

VI - 05 (cinco) representantes da comunidade, de livre escolha do Secretário de Estado da Cultura;

§ 1º - Os membros mencionados nos incisos III a VI serão nomeados pelo Gover-

nador do Estado, por indicação do Secretário de Estado da Cultura, para um mandato de 2 (dois) anos, permitida uma recondução.

§ 2º - O desempenho das funções de membro do Conselho não será remunerado, sendo considerado relevante serviço prestado ao Estado.

Art. 10 - O Conselho Consultivo do Sistema Estadual de Museus do Paraná reunir-se-á, ordinariamente, quatro vezes por ano e, extraordinariamente, por convocação do seu Presidente ou da maioria de seus membros.

Art. 11 - O Conselho Consultivo do Sistema Estadual de Museus do Paraná contará com o apoio técnico e administrativo da Secretaria de Estado da Cultura para o desenvolvimento de suas atividades.

Art. 12 - O Conselho Consultivo do Sistema Estadual de Museus do Paraná terá o seu funcionamento regulamentado por ato do Chefe do Poder Executivo Estadual.

Art. 13 - Para efeitos de implantação desta lei, na estrutura de cargos da Secretaria de Estado da Cultura:

I - fica alterada a denominação de: 01 (um) cargo de Chefe da Coordenação de Museus, símbolo DAS-5, para 01 (um) cargo de Diretor de Museu, símbolo DAS-5; 04 (quatro) cargos de Diretor de Museu, símbolo 1-C, para 01 (um) cargo de Diretor do Parque Histórico do Mate, símbolo 1-C, 01 (um) cargo de Diretor do Centro Juvenil de Artes Plásticas, símbolo 1-C, 01 (um) cargo de Diretor do Atelier do Museu Alfredo Andersen, símbolo 1-C e 01 (um) cargo de Diretor da Casa João Turin, símbolo 1-C;

II - ficam criados: 01 (um) cargo de Chefe da Coordenação do Sistema Estadual de Museus, símbolo DAS-4, e 05 (cinco) cargos de Diretor de Museu, símbolo DAS-5;

III - ficam extintos 02 (dois) cargos de Diretor de Museu, símbolo 1-C.

Art. 14 - Para fins de implantação e de manutenção do Sistema instituído por esta lei, a Secretaria de Estado da Cultura poderá captar recursos, através da celebração de convênios, contratos e acordos, que, para efeitos de registros contábeis no Tesouro Geral do Estado, constituirão Receitas Escriturais, ficando depositados em contas vinculadas.

Art. 15 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.  
A Diretoria Legislativa.

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1955

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a prefe-

rência de discussão e votação para o Projeto de Resolução n° 81/90, de autoria da Comissão Executiva que dispõe sobre a Composição Permanente de Fiscalização da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 13.08.90

(a) ALGACI TÚLIO

#### REQUERIMENTO N° 1954

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a preferência de discussão e votação para o Projeto de Lei n° 393/90, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n° 142/90), que dá nova redação aos artigos 2° e 4°, da Lei n° 9105 de 23 de outubro 1989 (Remuneração do Servidor Público).

Sala das Sessões, em 13.08.90

(a) VERA AGIBERT

#### REQUERIMENTO N° 1943

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada da Ordem do Dia, pelo prazo de 10 (dez) sessões, do Projeto de Lei n° 33/90, que declara como "cidadão senior" os maiores de 65 anos, constante da Ordem do Dia de hoje em 3.ª discussão.

Sala das Sessões, em 13.08.90

(a) CAÍTO QUINTANA

#### REQUERIMENTO N° 1942

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada da Ordem do Dia, pelo prazo de 10 (dez) sessões, do Projeto de Lei Complementar n° 338/90, que equipara níveis de vencimentos de servidores, constante da Ordem do Dia de hoje em 2.ª discussão.

Sala das Sessões, em 13.08.90

(a) CAÍTO QUINTANA

#### REQUERIMENTO N° 1904

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento da Senhora PALMIRA LUIZ ARAÚJO, ocorrido em 29 de julho de 1990.

A extinta contava com 72 anos, casada com o Senhor MANOEL LUIZ NETO, pioneiro e ex-Vereador de Alto Piquiri, residente no Município há mais de 30 anos.

O passamento abalou profundamente a comunidade onde a família conquistou expressivas amizades.

REQUER, ainda, seja dada ciência à família enlutada no seguinte endereço: Rua

Santos Dumont, 336 - CEP 87.580 - Auto Piquiri - PR.

Sala das Sessões, em 13.08.90

(a) WERNER WANDERER

#### REQUERIMENTO N° 1948

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, usando das faculdades regimentais, propõe voto de pesar à memória do Professor David Antônio da Silva Carneiro, desaparecido no último dia 04 de agosto corrente.

Sala das Sessões, em 13.08.90

(a) ANIBAL KHURY

#### JUSTIFICATIVA:

Falecido aos 86 anos de idade, David Antônio da Silva Carneiro, Cidadão Benemérito do Paraná, por título ainda a ser entregue, foi o mais representativo pensador paranaense contemporâneo, formando na galeria dos varões mais ilustres de nossa terra. Professor da Universidade Federal do Paraná, onde se diplomou engenheiro civil em 1927 e se jubilou, recebeu valorização internacional ministrando cursos na Universidade de Santiago (Chile) em 1952, Universidade de Nebraska em 1961, na Universidade de Brasília em 1965, na Universidade da Califórnia em Los Angeles, em 1966, além de lecionar durante um ano História do Brasil em Howard (Washington, DC). Fez conferências e pequenos cursos em inúmeras outras universidades americanas e brasileiras.

Mas, o maior galardão intelectual desse paranaense brilhante, filho e neto de ilustres paranaenses, era o estudo da História do Paraná, sobre o qual se aprofundou como pesquisador infatigável, produzindo diversos livros e reunindo um acervo de peças e documentos que se tornou o "Museu David Carneiro", sediado em Curitiba e que cumpre preservar.

David Carneiro deixou mais de uma dezena de obras, que abrangem campos diversos, como a economia, história, bibliografias, ensaios e romances históricos, a atestar-lhe a universidade do gênio. Focalizou a Guerra da Província Cisplatina, os episódios de formação do Paraná, estudando ainda momentos densos da crônica de nossa terra, desde o período provincial até a visita de D. Pedro II e o Cerco da Lapa. Pesquisou o movimento da independência e a figura tutelar de José Bonifácio, examinou a influência da doutrina positivista na República e se debruçou sobre temas literários, filosóficos, psicológicos e técnicos.

Colaborador diário do respeitado Jornal "Gazeta do Povo", sua coluna "Veterana Verba" foi publicada ao longo de 16 anos, nos quais se esmerou em transmitir às gerações mais jovens o amor pela humanidade além de defender suas idéias de progresso,

ligadas à doutrina positivista. David Carneiro impregnou tudo que fez do intenso amor que tinha pelo Paraná, dando expressão ao sentimento de identidade regional que conhecemos por paranismo. David Carneiro colaborou ainda com esta Casa, preparando e pronunciando sólida conferência sobre os "130 Anos da Instalação do Poder Legislativo no Paraná", em 1984.

Sua morte representa uma perda irreparável para a cultura e a comunidade paranaense, motivo que sobeja a justificar a homenagem especial que o povo, incorporado nessa Assembléia Estadual, quer prestar a David Carneiro.

#### REQUERIMENTO N° 1951

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado e registrado nos Anais desta Casa, um voto de pesar pelo falecimento do Doutor Nelson Augusto Rosário, ocorrida na última sexta-feira, dia 10, nesta Cidade.

Sala das Sessões, em 13.08.90

(a) LAURO LOBO ALCANTARA

#### JUSTIFICATIVA:

Em 04 de agosto de 1916, na cidade do Rio de Janeiro, nascia Augusto Rosário, filho de Dona Cândida de Jesus Rosário e do Senhor Luiz Rosário.

Em 1936 veio para Curitiba, ingressando na Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Paraná, marco inicial de uma brilhante carreira no Estado que adotou e onde viveria até o fim de seus dias.

Iniciando sua vida no serviço público como Oficial Administrativo da então Secretaria de Estado dos Negócios de Obras Públicas, exerceu também o cargo de chefe de gabinete.

Diplomou-se em 1941 e já no ano seguinte prestou concurso em saúde pública e sanitarismo. Aprovou com distinção foi nomeado médico chefe, do recém criado 6° Distrito Sanitário com sede em Londrina.

Ausentou-se do Brasil durante um ano, para fazer o curso de "Master of Public Health" na Michigan University através de bolsa de estudos com a qual foi contemplado pelo Institute of Interamerican Affairs.

No seu regresso ao Brasil retornou ao seu cargo de médico chefe do 6° Distrito Sanitário onde implantou, com muito sucesso, os serviços de Saúde Pública em 26 municípios da região norte paranaense.

Paralelamente a essa atividade, foi Diretor Clínico da Irmandade da Santa Casa, Vice-Presidente da Associação Médica e Presidente do Rotary Club.

Em todas as suas atividades oficiais marcou sua presença, pelo dinamismo sereno com que atuava e pelas suas incontáveis

realizações que se estendiam na sua vida particular.

Em 1958 não pode furtar-se ao apelo dos seus amigos e conhecidos e candidatou-se a Deputado Estadual, tendo sido eleito.

Também na atividade política teve uma brilhante atuação: membro da mesa da Assembléia; membro das Comissões de Saúde e Finanças; Vice-Líder e Líder da Bancada do Partido pelo qual se elegera, o Partido Social Democrático.

Durante seu mandato foi secretário de Estado dos Negócios da Saúde Pública.

Durante quase toda a sua vida atuou no setor de Saúde Pública e o maior espaço de tempo em que se ausentou do setor foi no período de 1966 a 1971 para exercer o cargo de chefe de gabinete do Vice-Governador do Estado, o então Doutor Plínio Franco Ferreira da Costa por quem nutria uma grande amizade, que perdurou até o fim de seus dias.

Orgulhava-se de forma discreta, da sua vida pública, mas seu grande orgulho era sua família: sua esposa, Dona Albertina Elza Tonetto Rosário e seus filhos: Tânia Maria Rosário Martins, professora, casada com o médico José Roberto Batista Marins; Nelson Augusto Rosário Filho, casado com a Senhora Tereza Elizabeth Secco Rosário e Luiz César Rosário, engenheiro, casado com a Senhora Dóris Rosário.

É preciso registrar entretanto que a par de todas as suas realizações, foi grande amigo de seus amigos.

#### REQUERIMENTO N° 1952

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado e registrado nos Anais desta Casa, um voto de pesar pelo falecimento da Sra. ELIZA ROSA COLLA PADUAN, ocorrido no último dia 04 de agosto, em Pato Branco-PR.

Sala das Sessões, em 13.08.90.

(a) LAURO LOBO ALCANTARA

#### JUSTIFICATIVA:

Nascida em 26 de novembro de 1951, filha da Sra. Luíza Gênero Colla e do Sr. Santo Colla, desbravadores pioneiros do sudoeste paranaense, Dona Elisa Rosa Colla Paduan, deixou-nos muito cedo, no último dia 04 de agosto.

Professora atuante, dedicou-se com garra à profissão, tendo deixado lembrança indelével para todos aqueles que tiveram a ventura de ser seus alunos.

Casada com o Sr. Clóvis Paduan, atual Prefeito do Município de Pato Branco, foi uma primeira dama discreta, porém, muito atuante.

Exercendo a presidência do PROVOPAR, compensou com qualidade a quantidade de

tempo em que esteve à frente daquela entidade, na assistência aos carentes de Pato Branco.

Mãe de três filhos: Ângela, Luíza e Clóvis Júnior. Eliza será sempre lembrada com carinho.

#### Projetos de Resolução:

##### PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 92/90

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

#### R E S O L V E:

Art. 1° - Fica autorizada a realização de plebiscito na área adiante descrita, no Município de São José dos Pinhais com as seguintes divisas e confrontações, com sede na localidade de Borda do Campo.

Art. 2° - O ponto de partida cravou-se no Rio Itaqui na divisa Intermunicipal entre Curitiba-São José dos Pinhais e Piraquara, segue pelo Rio Itaqui até encontrar a divisa intermunicipal entre São José dos Pinhais e Morretes segue por esta divisa até encontrar o Rio Pequeno, daí segue pelo Rio Pequeno, até encontrar a Rodovia Projetada Contorno Leste, segue pela Rodovia Contorno Leste até encontrar a BR-376 (Curitiba-Joinville), segue pela BR-376 até encontrar a Av. das Torres, segue pela Av. das Torres até a divisa intermunicipal entre Curitiba e São José dos Pinhais, segue por esta divisa até o ponto de partida as divisas intermunicipais entre Curitiba - São José dos Pinhais e Piraquara.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.08.90.

(a) ANIBAL KHURY

#### JUSTIFICATIVA:

A comunidade de Borda do Campo e região onde se abrange diversos jardins residenciais, decorrente de sua posição como um dos núcleos mais expressivos da região metropolitana de Curitiba, hoje contando com mais de 25 mil habitantes.

A sede central da comunidade - já erigida em Distrito Administrativo - dista mais de dez quilômetros da sede do Município de que se desmembra por força deste projeto de lei, cumprindo nesse requisito a legislação existente.

Além de possuir um grande pólo industrial, trazendo desta maneira um alto índice de ICMS ao novo Município, um fator decisivo na constituição deste novo Município.

Por isso, justifica-se plenamente a proposição ora apresentada, com o que estaremos assegurando à comunidade de Borda do Campo, as vantagens diretas da autonomia municipal.

##### PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 93/90

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

#### R E S O L V E:

Art. 1° - Fica autorizada a realização de plebiscito na área adiante descrita, no Município de São José dos Pinhais, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de MURICI, com as seguintes divisas e confrontações com sua sede na localidade de Colônia Murici.

Art. 2° - Começa no entroncamento da BR-376 (Curitiba - Joinville), com a Rua Almirante Arpo, que liga a BR-376 até a divisa intermunicipal entre São José dos Pinhais e Tijucas do Sul, pela divisa intermunicipal entre São José dos Pinhais e Tijucas do Sul, segue até encontrar o Rio São João na divisa intermunicipal entre São José dos Pinhais - Tijucas do Sul e Guaratuba, seguindo pela Represa Guaricana na divisa intermunicipal entre São José dos Pinhais e Morretes, segue por esta divisa até encontrar o Oleoduto da Petrobrás, seguindo pelo Oleoduto da Petrobrás até encontrar a Rodovia Municipal Inspetor Carvalho, por esta rodovia municipal segue até encontrar a Estrada do Mergulho, pela Estrada do Mergulho segue até encontrar a Estrada do Mergulhão, pela Estrada do Mergulhão segue até encontrar a Estrada Murici, pela Estrada Murici segue até encontrar a Rua Dr. Murici, pela Rua Dr. Murici segue até encontrar a Rua Almirante Arpo, pela Rua Almirante Arpo segue até encontrar o ponto de partida, o entroncamento da Br-376, com a Rua Almirante Arpo.

Art. 3° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.08.90.

(a) ANIBAL KHURY

#### JUSTIFICATIVA:

O Município de Murici, cuja criação ora propomos, será uma das comunas de maior desenvolvimento do Paraná, desmembrado da célula-mater de São José dos Pinhais. Com mais de 20 mil habitantes, Murici é um centro de recursos agropecuários dos mais avançados, onde se destacam a exploração de diversas culturas e outros jazimentos naturais.

Seu território começa nas vizinhanças da Região Metropolitana de Curitiba e avança pela BR-376, até a divisa com Tijucas do Sul.

A área apresenta um perfil plano onde as atividades pecuárias e agrícolas se mesclam com a exploração florestal e outras essências de aproveitamento industrial.

Estamos seguros que, dispondo de autonomia local e mercê da diligência de seu povo, o município de Murici se converterá num dos mais prósperos do Paraná, possuindo

do um campo industrial dos mais desenvolvidos da região.

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 94/90  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1° - Fica autorizada a realização de plebiscito na área adiante descrita, no Município de Laranjeiras do Sul, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de RIO BONITO:

"Inicia-se junto às cabeceiras do Rio Crim, deste ponto segue o referido rio ajusante, até encontrar o reservatório da Usina de Salto Santiago, confrontando com terras do Município de Laranjeiras do Sul; segue a jusante, pela margem do reservatório da Represa de Salto Santiago até a barragem; deste ponto, ainda a jusante, agora pelo Rio Iguaçu até encontrar o reservatório da Usina de Salto Osório, segue margeando a referida represa até a foz do Rio das Cobras, confrontando com terras dos municípios de Chopinzinho e Sulina; segue a montante pelo Rio das Cobras até encontrar a ponte da estrada de rodagem que liga Laranjeiras do Sul a Quedas do Iguaçu, confrontando com terras do Município de Quedas do Iguaçu; deste ponto segue pela referida estrada de rodagem na direção de Laranjeiras do Sul até a sede do patrimônio Km-130, confrontando até o Rio Xagu, com o futuro município de Nova Laranjeiras e do rio Xagu até o Km-130 com o Município de Laranjeiras do Sul; da sede do Km-130, segue por uma linha reta de aproximadamente 7.000 metros, encontrando a estrada asfaltada BR-158, e a encruzilhada da estrada municipal do Arroio Novo, confrontando com terras do Município de Laranjeiras do Sul; deste ponto segue por linha reta de aproximadamente 6.500 metros até o ponto inicial desta descrição, confrontando com terras do Município de Laranjeiras do Sul."

MEMORIAL DESCRITIVO  
DA SEDE DO MUNICÍPIO DE  
RIO BONITO

"Partindo do ponto locado junto à faixa de domínio da BR-158, deste ponto a rumo 13°49'SE, mede 35,10m, segue rumo 29°15'SE, mede 583,00m, confrontando com terras do Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Rio Bonito, segue por linha reta de 594,00m, confrontando com terras de Emílio Ceslak, segue por linha seca até a faixa de domínio da BR-158, confrontando com terras de Eduardo Dabreski, seguir por linha seca acompanhando a faixa de domínio da BR-158, confrontando com terras da referida estrada até o ponto inicial desta descrição."

Art. 2° - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.08.90.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEAO

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 415/90  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica criado, "ad referendum" do resultado do plebiscito, o município de MURICI, com território desmembrado do Município de São José dos Pinhais, com sede na localidade do mesmo nome e com as seguintes divisas:

"Começa no entroncamento da BR-376 (Curitiba - Joinville), com a Rua Almirante Arpo, que liga a BR-376 à Colônia Murici, segue pela BR-376 até a divisa intermunicipal entre São José dos Pinhais e Tijucas do Sul, pela divisa intermunicipal entre São José dos Pinhais e Tijucas do Sul, segue até encontrar o Rio São João na divisa intermunicipal entre São José dos Pinhais - Tijucas do Sul e Guaratuba, seguindo pela Represa Guaricana na divisa intermunicipal entre São José dos Pinhais e Morretes, segue por esta divisa até encontrar o Oleoduto da Petrobrás, seguindo pelo Oleoduto da Petrobrás até encontrar a Rodovia Municipal Inspetor Carvalho, por esta rodovia municipal segue até encontrar a Estrada do Mergulho, pela Estrada do Mergulho segue até encontrar a Estrada do Mergulhão, pela Estrada do Mergulhão segue até encontrar a Estrada Murici, pela Estrada Murici segue até encontrar a Rua Dr. Murici, pela Rua Dr. Murici segue até encontrar a Rua Almirante Arpo, pela Rua Almirante Arpo segue até encontrar o ponto de partida, o entroncamento da BR-376, com a Rua Almirante Arpo.

Art. 3° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.08.90.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

O Município de Murici, cuja criação ora propomos, será uma das comunas de maior desenvolvimento do Paraná, desmembrado da célula-mater de São José dos Pinhais. Com mais de 20 mil habitantes, Murici é um centro de recursos agropecuários dos mais avançados, onde se destacam a exploração de diversas culturas e outros jazimentos naturais.

Seu território começa nas vizinhanças da Região Metropolitana de Curitiba e avança pela BR-376, até a divisa com Tijucas do Sul.

A área apresenta um perfil plano onde

as atividades pecuárias e agrícolas se mesclam com a exploração florestal e outras essências de aproveitamento industrial.

Estamos seguros que, dispondo de autonomia local e mercê da diligência de seu povo, o município de Murici se converterá num dos mais prósperos do Paraná, possuindo um campo industrial dos mais desenvolvidos da região.

PROJETO DE LEI N° 416/90  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Ficam isentos os proprietários autônomos e as empresas de táxis do recolhimento do ICMS devido ao Estado do Paraná nas operações de aquisição de veículos novos, até o dia 31 de dezembro de 1991.

Art. 2° - Para se beneficiarem desta isenção os interessados deverão provar que se enquadram nas categorias discriminadas no art. 1°, perante a repartição fazendária competente.

Art. 3° - O Poder Executivo regulamentará a presente lei, no prazo de 30 dias a partir de sua publicação.

Art. 4° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.08.90.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

O Governo Federal já concedeu isenção aos taxistas do IPI incidente sobre a aquisição de carros novos, como forma de ajudar a renovação da frota nacional empregada nos transportes de passageiros, e ao mesmo tempo reduzir os custos operacionais dessa categoria, de vez que os proprietários de táxis não podem realizar o seguro de seus veículos, recusado pelo mercado segurador diante do alto risco a que estão expostos.

A medida, portanto, tem procedência, porque irá beneficiar um número estimado em mais de dez mil famílias que, no Paraná, retiram seus sustentos do funcionamento dos serviços de táxis, afetado pelas distorções inflacionárias para a indispensável reposição das frotas.

A isenção estadual, somada a benefício federal de isenção temporária do Imposto sobre Produtos Industrializados irá representar um apoio substancial para a renovação dos carros de aluguel para transporte de pessoas, permitindo também um serviço de melhor nível e mais confortabilidade para os usuários.

PROJETO DE LEI N° 417/90  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica criado "ad referendum" do resultado do plebiscito, o Município de BORDA DO CAMPO, com território desmembrado do Município de São José dos Pinhais, com sede na localidade do mesmo nome e com as seguintes divisas:

Art. 2° - O ponto de partida cravou-se no Rio Itaquí, na divisa intermunicipal entre Curitiba - São José dos Pinhais e Piraquara, segue pelo Rio Itaquí até encontrar a divisa intermunicipal entre São José dos Pinhais e Morretes segue por esta divisa até encontrar o Rio Pequeno, daí segue pelo Rio Pequeno, até encontrar a Rodovia Projetada Contorno Leste, segue pela Rodovia Contorno Leste até encontrar a BR-376 (Curitiba-Joinville), segue pela BR-376 até encontrar a Av. das Torres, segue pela Av. das Torres até a divisa intermunicipal entre Curitiba e São José dos Pinhais, segue por esta divisa até o ponto de partida as divisas intermunicipais entre Curitiba - São José dos Pinhais e Piraquara.

Art. 3° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.08.90.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

A comunidade de Borda do Campo e região onde se abrange diversos jardins residenciais, decorrente de sua posição como um dos núcleos mais expressivos da região metropolitana de Curitiba, hoje contando com mais de 25 mil habitantes.

A sede central da comunidade - já erigida em Distrito Administrativo - dista mais de dez quilômetros da sede do Município de que se desmembra por força deste projeto de lei, cumprindo nesse requisito a legislação existente.

Além de possuir um grande pólo industrial, trazendo desta maneira um alto índice do ICMS ao novo Município, um fator decisivo na constituição deste novo Município.

Por isso, justifica-se plenamente a proposição ora apresentada, com o que estaremos assegurando à comunidade de Borda do Campo, as vantagens diretas da autonomia municipal.

PROJETO DE LEI N° 418/90  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder estudos através da Secretaria da Cultura, para a preservação do acervo do Museu David Carneiro, podendo inclusive assumir parcialmente a responsabilidade financeira para a manutenção desse patrimônio cultural.

Art. 2º - As despesas para a execução desta lei correrão a título do excesso de arrecadação previsto no orçamento vigente.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.08.90.

(a) ANIBAL KHURY

#### JUSTIFICATIVA:

O Museu David Carneiro é obra decorrente da paciente juntada de documentos históricos relativos ao Brasil e ao Paraná, organizado durante mais de 50 anos, pelo emérito professor David Antônio da Silva Carneiro, historiador e intelectual dos mais ilustres que o Paraná acaba de perder.

Não obstante, essa extraordinária obra cultural encontra-se sob risco de ser dispersada por força de uma pendência financeira assumida junto ao Banco do Brasil, e que está em vias de ser executada.

Cumpra aos paranaenses, através de sua Administração Estadual, a adoção das medidas necessárias à preservação do patrimônio cultural, donde se justifica plenamente o ato autorizatório aqui previsto, para que o Governo do Estado adote as medidas necessárias ao resgate do acervo do Museu David Carneiro.

#### PROJETO DE LEI Nº 419/90

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública o GRÊMIO DOS FUNCIONÁRIOS DO SANTA MÔNICA CLUBE DE CAMPO, com sede e foro no município de Colombo.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.08.90.

(a) ANIBAL KHURY

#### JUSTIFICATIVA:

A presente iniciativa tem por objetivo declarar de utilidade pública o "Grêmio de Funcionários do Santa Mônica Clube de Campo", com sede no município de Colombo. Fundado em 10 de dezembro de 1970, é uma entidade de personalidade jurídica, de natureza esportiva, social e recreativa, que tem por finalidade promover o conagraamento entre os funcionários do Santa Mônica Clube de Campo.

Assim sendo, temos a certeza de contar com a aprovação da matéria pelos meus nobres Pares.

#### PROJETO DE LEI Nº 420/90

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1º - O artigo 1º da Lei nº 7290, passa a ter a seguinte redação: - "Artigo

1º : - Aos ocupantes de cargos efetivos, lotados nos estabelecimentos penais do Estado, será concedida a gratificação de que trata o artigo 172, item X da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, no percentual de 116,67% (cento e dezesseis e sessenta e sete por cento), sobre o vencimento-base; para o pessoal regido pelo Estatuto dos Funcionários Civis do Estado; de 80% (oitenta por cento), sobre o vencimento-base para o pessoal regido pela Consolidação das Leis do Trabalho, ocupantes de cargos de nível administrativo e de Agente de reclusão e de 100% (cem por cento) sobre o vencimento-base para o pessoal regido pela Consolidação das Leis do Trabalho, ocupantes de cargos de nível superior."

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.08.90.

(a) FERRARI JÚNIOR

#### PROJETO DE LEI Nº 421/90

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a ORGANIZAÇÃO FEMININA WIZO DO PARANÁ, com sede e foro em Curitiba-PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.08.90.

(a) RAFAEL GRECA

#### JUSTIFICATIVA:

A entidade que este plano de lei pretende declarar de utilidade pública dedica-se a auxiliar as crianças e mulheres necessitadas de nossa comunidade. Dentre outros objetivos tem a de integrar a cultura nacional, a organização de instrumentos de estudo e difusão da tradição e cultura brasileira e judaica, criação de bibliotecas, e tantas outras atividades culturais, sociais e recreativas.

Os documentos anexados encontram-se dentro das exigências legais que disciplinam a matéria.

Nestas condições, esperamos o devido apoio e conseqüente aprovação dos nobres Pares desta augusta Casa.

#### PROJETO DE LEI Nº 422/90

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DE APOIO AO TRANSPLANTE DE MEDULA ÓSSEA ALÍRIO PFIFER", com sede e foro na cidade de Curitiba-PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as dis-

posições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.08.90.

(a) RAFAEL GRECA

**JUSTIFICATIVA:**

A entidade que este plano de Lei pretende declarar de utilidade pública dedica-se ao apoio técnico, financeiro e material da Unidade de Transplante de Medula Óssea do Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná.

A UNIDADE, por sua vez, pesquisa e treina profissionais que tornam operacionais o transplante da medula óssea evitando que os doentes assim identificáveis padeçam deste mal.

Hoje o Paraná através da técnica empreendida no transplante de medula óssea é um dos pioneiros nesta área a exemplo para o Brasil e o mundo.

Desta forma a ASSOCIAÇÃO ALÍRIO PFIF-FER vem prestando à comunidade relevantes serviços tanto científicos como humanitários.

Os documentos anexados encontram-se dentro das exigências legais que disciplinam a matéria.

Nestas condições, esperamos o devido apoio e consequente aprovação dos nobres Pares desta augusta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Pequeno Expediente concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Senhor Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Senhor Presidente, Senhores Parlamentares.

Usamos o Pequeno Expediente na tarde de hoje para comunicar a este Plenário de tantos embates a respeito da questão educacional do Estado do Paraná que esta Assembleia Legislativa, através do trabalho dos Senhores Parlamentares, instituiu com a Comissão Quadripartite, formada por representantes dos pais, representantes da sociedade civil organizada, representantes dos professores e representantes do Governo. Realizamos até esse período de três sessões desta Comissão Quadripartite e, graças à formação dessa sessão, pelos debates acontecidos, houve um encerramento da greve no magistério e muitos assuntos ficaram a ser debatidos no âmbito da Comissão Quadripartite.

Na primeira reunião da Comissão Quadripartite chegaram-se a conclusões de suma importância para restabelecer a condição de diálogo e de preparação prévia ao ano educacional de 1991, possibilitando definições concretas a respeito da educação no nosso Estado.

Entre as soluções já definidas, via Comissão Quadripartite, está a de revogação das penalidades de demissão de professor celetista em estágio probatório em

Curitiba, segunda, em 13.08.90

greve, de tal sorte que, embora tenha havido manifestação do Supremo Tribunal Federal declarando como inconstitucional a lei aprovada por esta Casa, aliás, inconstitucionalidade que tivemos a oportunidade de levantar desta tribuna no ato da sua votação, a anulação da penalidade de demissão já está consumada.

Da mesma forma, através de trabalhos da Comissão Quadripartite, estabeleceu-se o pagamento dos meses em que ocorreu a greve (meses de abril e maio) a ser pago no restabelecimento das aulas por acasão da feitura do novo calendário escolar, já que o mês de junho foi pago durante o mês de julho, havendo, portanto, dois pagamentos naquele mês.

Hoje na reunião pela manhã, da mesma forma, havia uma pendência para ser julgada em juízo sobre a questão do desconto em folha da contribuição sindical, e a Comissão Quadripartite, hoje pela manhã, interferindo nas diversas áreas, concluiu que a APP - Sindicato retirariam a ação em juízo para que não houvesse pendência a ser julgada. E com a simples retirada desta ação, não havendo pendência a julgar, seria reimplantado já no mês de agosto a contribuição sindical da APP - Sindicato.

Da mesma forma passamos a manhã inteira discutindo a questão do calendário escolar de readequação desse calendário, inclusive dentro das normas estabelecidas pelo Conselho Estadual da Educação. E com a presença de todos os segmentos da sociedade constatou-se a possibilidade de estabelecer um calendário escolar compatível com a condição de cada escola, de cada comunidade escolar, já que o próprio movimento de greve foi diferenciado entre uma e outra escola.

Esta é uma breve prestação de contas que faria aos meus companheiros desta Casa a respeito do trabalho que estamos desenvolvendo como coordenador desta Comissão para que possamos, restabelecendo o diálogo, valorizar a educação no Estado do Paraná. E nos serve também, como Parlamento, para a certeza de que o caminho a ser encontrado nas soluções dos determinados problemas que afetam a vida do Paraná, haverá de ser sempre através do diálogo, do entendimento para que possamos juntos encontrar soluções, respeitando o nosso Regimento Interno, respeitando a nossa Constituição porque chegamos à conclusão de que não resolve ao Parlamento pura e simplesmente votar uma lei quando ela afronta o problema constitucional. E isto, me valendo desta explicação, gostaria de, inclusive, dar como satisfação ao nosso companheiro Acir Mezzadri o pedido que temos da retirada de um projeto seu da Ordem do Dia, exatamente porque no nosso entendimento precisamos continuar buscando a

forma constitucional para atingir o intento do nobre Parlamentar. Se votarmos pura e simplesmente da forma como colocado na Ordem do Dia o Projeto de Lei n° 338/90, que equipara os níveis de vencimentos dos policiais que exercem os cargos de Inspetor e Guarda de Trânsito aos das classes iniciais da carreira de Detetive e Agentes de Segurança, estaremos votando nesta Casa uma matéria que evidentemente terá que ter veto por sua inconstitucionalidade, por estarmos fazendo transposição de cargo, aumento de despesa, fixação de vencimentos que é, segundo a Constituição, competência exclusiva do Executivo.

Aproveito esta oportunidade para pedir vênua ao Deputado Acir Mezzadri, já conversamos em ocasiões anteriores, cumprindo o compromisso feito com S.Exa., levamos ao conhecimento da área do Executivo para que se analise a forma mais concreta para que se possa atingir este intento, sem que venhamos, apenas pela pressa, votar uma lei, aqui nesta Casa, criando uma expectativa de conquista quando, na verdade, até pela questão constitucional, não restaria uma outra solução a não ser o veto.

Espero encontrar junto com V.Exa. um melhor caminho para o andamento desta questão.

Agradeço, Senhor Presidente, Senhores Parlamentares a oportunidade de poder estar aqui. E gostaria também de, reforçando aquilo que foi feito em entendimento com as Lideranças e com a Mesa desta Casa, que mantivéssemos o nosso compromisso para não atrasar as votações de matérias não polêmicas na Assembléia Legislativa. A Mesa assume o compromisso com este Parlamento de não colocar em votação matérias polêmicas a não ser no esforço concentrado. E este Parlamento continua votando as matérias que, evidentemente, não têm rejeição, para que possamos nos dias 21, 22 e 23 concentrarmos a pauta exclusivamente nas matérias que exigem um melhor cuidado por parte deste Parlamento.

Muito obrigado, Senhor Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não há de que!

A Mesa pede vênua ao Deputado Caíto Quintana para fazer uma retificação na sua declaração. Não foi o Supremo Tribunal que concedeu a liminar, foi apenas o Presidente. A matéria vai ser votada possivelmente esta semana.

Não havendo oradores inscritos no Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças.

Consulto à Liderança do PDC se fará uso do seu horário.

(Declina).

PDS.

(Declina).

PFL.

(Declina).

PDT.

(Declina).

PRN.

(Declina).

PTB.

(Declina).

PSDB.

(Declina).

PMDB.

(Declina).

PT.

(Declina).

PL.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Senhor Presidente, o PL gostaria de usar a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com muita satisfação.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, gostaria de, em primeiro lugar, contestar o número de Deputados que o Senhor 1° Secretário anunciou de dezenove, estamos somando aqui e temos apenas dezesseis Deputados que responderam à chamada. Evidentemente que nós não poderíamos realizar esta sessão.

Mas, no horário do nosso Partido, gostaríamos de colocar que, apesar da nossa candidatura ao Governo do Estado, nós estamos e estaremos todos os dias nas sessões desta augusta Casa de Leis.

E dá para compatibilizar, mesmo porque, durante os dias de sessão, nós faremos a nossa pregação através da Região Metropolitana, e nos finais de semana iremos ao Interior.

Por isso, eu não gostaria que os companheiros me olhassem como um Deputado que está querendo prejudicar os trabalhos desta Casa, de maneira alguma, o que eu quero e nos próximos dias eu vou gravar para mostrar no horário gratuito do nosso partido. Um partido que não fez coligação com ninguém a não ser com o povo do Paraná, que não fez aliança expúria, um partido que não fez aliança mal interpretada com a população. O nosso partido saiu sim com um tempo curto de televisão, mas com o tempo necessário para apresentarmos as propostas do liberalismo social, que nós entendemos ser o melhor caminho para todos nós.

Por isso, eu peço mais uma vez aos companheiros de todas as bancadas, que compareçam às sessões, porque será lamentável mostrarmos no nosso programa um dia de sessão, sem nenhum ou com poucos candidatos, poucos candidatos à reeleição e poucos Deputados Estaduais.

Eu entendo, que este é o momento de se fazer campanha, mas quem não quer partici-

par das sessões e só fazer campanha, que evidentemente peça licença do seu mandato, para concorrer a reeleição ou buscar uma cadeira na Câmara Federal, ou até nós que buscamos aquele que será o Palácio Iguaçu para alguns, a Casa do Povo, um fórum permanente de debates a partir do ano que vem, e eu acredito que, acima da força do poder econômico, deste dinheiro que estão esbanjando pelo Estado do Paraná, eu acredito no discernimento e na inteligência dos paranaenses.

Essa eleição é uma eleição atípica, hoje dá para dizer quem está no segundo turno, mas no dia 3 ainda não, seria um exercício de futurologia.

Por isso, Senhor Presidente, eu, infelizmente, terei de pedir verificação e não prosseguiremos a sessão, mesmo porque não temos Deputados suficientes para votarmos projetos de suma importância, para o funcionalismo e para a sociedade do Estado do Paraná.

Muito obrigado, Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa ouviu com atenção o pronunciamento do Deputado Lindolfo Júnior e quer apenas fazer uma retificação. A contagem de Vossa Excelência não combina com a contagem da Mesa. A Mesa acusou a presença de dezenove Deputados, evidentemente, com dezenove Deputados, não tem a maioria para votar, mas para prosseguimento da sessão tem, e Vossa Excelência terá oportunidade de, no decorrer ainda desta sessão, solicitar verificação de votação nas matérias que serão submetidas a voto.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Obrigado, Senhor Presidente, eu ainda continuo discordando que não tem dezenove.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência está como "aquela mulher que viu um batalhão desfilar e disse: só o meu filho está com o passo certo". Está encerrada a hora do expediente. Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 29 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projetos de resolução em número de 02 (dois), de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constantes do expediente de sessão anterior. Necessitam de apoio. Apoiados. À Diretoria Legislativa.

Projeto de resolução de autoria do Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legisla-

tiva.

Projetos de lei em número de 03 (três), de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constantes do expediente de sessão anterior. Necessitam de apoio. Apoiados. À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em número de 02 (dois), de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constantes do expediente. Necessitam de apoio. Apoiados. À Diretoria Legislativa.

O SR. NELSON VASCONCELLOS (Pela Ordem) - Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Tem a palavra, pela ordem, o Senhor Deputado Nelson Vasconcellos.

O SR. NELSON VASCONCELLOS (Pela Ordem) - Eu quero requerer à Mesa uma certidão de frequência do Deputado Lindolfo Júnior, durante todo esse período Legislativo nesta Casa.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Não tenha dúvida que será um dos Deputados que mais compareceu às sessões, Deputado Nelson Vasconcellos.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Projetos de lei em número de 02 (dois), de autoria do Senhor Deputado Rafael Greca, constantes do expediente. Necessitam de apoio. Apoiados. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Ferrari Júnior constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Vera Agibert, constante do expediente, solicitando preferência de discussão e votação para o Projeto de Lei n° 393/90 de autoria do Poder Executivo. Prejudicado.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando preferência de discussão e votação para o Projeto de Resolução n° 81/90 de autoria da Comissão Executiva. Prejudicado.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Requeiro verificação de votação, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Logo após a votação. V.Exa está apressado, hein?!

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Vamos ganhar no primeiro turno.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Os Senhores Deputados que aprovam o reque-

rimento, conservem-se como estão. APROVADO.

O Senhor Deputado Lindolfo Júnior requer verificação de votação. Haverá chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Senhor Presidente, eu gostaria que o Senhor 1º Secretário dissesse "sim" ou "não" logo após a chamada nominal, de quem está ou não presente. Porque realmente, não está "batendo" com as nossas contas. Por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - V.Exa. está querendo demais. O Senhor 1º Secretário merece a confiança da Presidência.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Algaci Túlio) - (Inicia-se a chamada nominal dos Senhores Deputados).

Senhor Presidente, está havendo interferência, no momento em que faço a chamada. E isto está me atrapalhando, Senhor Presidente. Pediria ao serviço de som que deixasse apenas o som do Secretário e da Mesa funcionando.

(Continua a chamada nominal dos Senhores Deputados).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa vai advertir o Deputado Lindolfo Júnior.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Algaci Túlio) - (Continua a chamada nominal dos Senhores Deputados).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - 19 (dezenove) dos Senhores responderam a chamada 19 Senhores Deputados. Não há quórum para votação.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 33/90, de autoria do Deputado LUCIANO PIZATO, que declara como "CIDADÃO SENIOR" todos os cidadãos de 65 anos de idade, em todo o território do Estado do Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Encerrada a discussão.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 118/90, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que cria "ad referendum" do resultado do plebiscito o município de CORONEL DOMINGOS SOARES, com território desmembrado de Palmas e divisas dos distritos de Cel. Domingos Soares e Ubaldino Taques. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Encerrada a discussão.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº

69/89, oriundo do PARECER FAVORÁVEL, por unanimidade, da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA que autoriza a realização de plebiscito objetivando a transferência de área territorial do município de Imbituva para o município de Irati, com as divisas que especifica. Encerrada a discussão.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 81/90, de autoria da COMISSÃO EXECUTIVA, que dispõe sobre a composição da Comissão Permanente de Fiscalização da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Encerrada a discussão.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 122/90, de autoria da Deputada ARIALBA FREIRE, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor ANTÔNIO BORDIN. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Encerrada a discussão.

#### COMISSÃO GERAL

##### PROJETO DE LEI Nº 122/90

##### PARECER:

O presente projeto de lei, de autoria da Deputada Arialba Freire, tem por finalidade conceder o título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor Antônio Bordin.

O plano de lei em tela está devidamente justificado conforme preceitua o Regimento Interno e sua legalidade está embasada na Lei nº 5.638, de 13/09/67, regulamentada as condições essenciais para a concessão de Título de Cidadania Paranaense.

Nestas condições, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua Aprovação.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 07.08.90.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

ALGACI TÚLIO

Relator

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 154/90, de autoria do Deputado ALGACI TÚLIO, que concede o Título de Cidadão Honorário ao Senhor EDSON D'ÁVILA. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Encerrada a discussão.

#### COMISSÃO GERAL

##### PROJETO DE LEI Nº 154/90

##### PARECER:

O plano de lei em tela, de autoria do nobre Deputado Algaci Túlio, visa conceder o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor EDSON D'ÁVILA.

Sob o aspecto legal, constitucional e regimental, nada há que impeça a normal tramitação deste pelos órgãos competentes

desta Casa.

Assim sendo, esta Comissão Geral se manifesta favoravelmente pela aprovação da medida proposta.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 07.08.90.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO

Relator

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 155/90, de autoria do Deputado ALGACI TÚLIO, que concede o Título de Cidadã Honorária do Paraná à Senhora DELCY FRANCO D'ÁVILA. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Encerrada a discussão.

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE LEI N° 155/90

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Algaci Túlio, tem por finalidade conceder o Título de Cidadã Honorária do Paraná à DELCY FRANCO D'ÁVILA.

Esta plano de lei está devidamente justificado, conforme preceitua o Regimento Interno, e sua legalidade está embasada na Lei n° 5.638, de 13.09.67, que regulamenta as condições para a concessão de Título de Cidadania Paranaense.

Constitucionalmente, não existe óbice que possa impedir a sua normal tramitação neste Poder.

Nestas condições, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 07.08.90.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO

Relator

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 157/90, de autoria do Deputado DIRCEU MANFRINATO, que cria "ad referendum" do resultado do plebiscito, o município de SÃO MANOEL, desmembrado do Município de Indianópolis, com as divisas e confrontações que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Encerrada a discussão.

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE LEI N° 157/90

P A R E C E R:

O presente plano de lei, de autoria do nobre Deputado Dirceu Manfrinato, visa criar, "ad referendum" do resultado do plebiscito, o município de São Manoel, desmembrado do município de Indianópolis, com as divisas e confrontações que especifica.

Chamada esta Comissão para opinar, en-

Curitiba, segunda, em 13.08.90

tende a mesma que a matéria obedece os ditames constitucionais e as demais normas legais vigentes.

Assim sendo, pelas condições acima expostas, é o nosso Parecer FAVORÁVEL, opinando-se pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei em tela.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 07.08.90.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

PIRAJÁ FERREIRA

Relator

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 307/90, de autoria do Deputado ERONDY SILVÉRIO, que cria "ad referendum" de plebiscito, o município de GUAMIRANGA, desmembrado do município de Imbituva. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Encerrada a discussão.

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE LEI N° 307/90

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado ERONDY SILVÉRIO, tem por finalidade criar, "ad referendum" de plebiscito, o município de Guaramiranga, desmembrado do município de Imbituva.

Em análise da referida proposição, vê-se claramente tratar-se de justa medida, consubstanciada na vontade da comunidade interessada. Além do que, a matéria encontra-se em conformidade com os dispositivos legais vigentes.

Isto posto, opinamos favoravelmente pela APROVAÇÃO do referido projeto de lei.

Sala das Sessões, em 07.08.90.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

EDUARDO BAGGIO

Relator

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 309/90, de autoria do Deputado HAROLDO FERREIRA, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor OLÍVIO ZANELLA. Com parecer FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. EM REGIME DE URGÊNCIA. Encerrada a discussão.

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE LEI N° 309/90

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Haroldo Ferreira, tem por finalidade conceder o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor OLÍVIO ZANELLA.

O plano de lei em tela está devidamente justificado, conforme preceitua o Regimento Interno, e sua legalidade está emba-

sada na Lei n° 5.638, de 13.09.67, que regulamenta as condições para a concessão de Título de Cidadania Paranaense.

Constitucionalmente, não existe óbice que possa impedir a sua normal tramitação neste Poder.

Nestas condições, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 07.08.90.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

NEREU CARLOS MASSIGNAN

Relator

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 318/90, de autoria do Deputado ALGACI TÚLIO, que concede o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Senhor FRANCESCO SERALE. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. EM REGIME DE URGÊNCIA. Encerrada a discussão.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei Complementar n° 338/90, de autoria do Deputado ACIR MEZZADRI, que equipara os níveis de vencimentos dos policiais que exercem os cargos de Inspetor e Guarda de Trânsito aos das classes iniciais das carreiras de Detetive e Agente de Segurança, respectivamente. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Encerrada a discussão.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 379/90, de autoria do Deputado FERRARI JÚNIOR, que declara de utilidade pública a "CRECHE JESUS CRIANÇA" com sede e foro no município de Campina da Lagoa. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Encerrada a discussão.

#### COMISSÃO GERAL

##### PROJETO DE LEI N° 379/90

PARECER:

O plano de lei em tela, de autoria do Deputado Anibal Khury, visa declarar de utilidade pública a "CRECHE JESUS CRIANÇA", com sede e foro no município de Campina da Lagoa.

Sob o aspecto legal e constitucional, não há óbice que impeça a normal tramitação deste projeto pelos órgãos competentes desta Casa de Leis.

Assim sendo, esta Comissão Geral, chamada a opinar, manifesta-se FAVORAVELMENTE à aprovação da medida ora proposta.

É o PARECER.

Sala das Sessões, em 07.08.90.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

ALGACI TÚLIO

Relator

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n°

13/90, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, no Município de Paranaguá, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de PONTAL DO PARANÁ. Com PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO GERAL. - Encerrada a discussão.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 278/89, de autoria do Deputado JOSÉ FELINTO, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Sr. CARLOS HUGO VON GRAFFEN. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Encerrada a discussão. (Publ. no D.A. n° 90/89, de 18.10.89).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### PROJETO DE LEI N° 278/89

PARECER:

O presente projeto de lei, de autoria do Excelentíssimo Sr. Deputado José Felinto, tem por finalidade conceder o título de Cidadão Honorário do Paraná ao Sr. Hugo Wolff Von Graffen.

Este plano de lei está devidamente justificado, conforme preceitua o Regimento Interno desta Casa e sua legalidade está embasada na Lei n° 5638, de 13 de setembro de 1967, que dita condições essenciais para a concessão de benemerência ou cidadania honorária paranaense.

Constitucionalmente, não existe qualquer óbice que possa impedir a sua normal tramitação processual legislativa.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua Aprovação.

É o Parecer, S.M.J.

Sala das Comissões, em 28.11.89.

(aa) CÂNDIDO BASTOS

Presidente

HOMERO OGUIDO

Relator

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 383/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 133/90), que autoriza o Poder Executivo a aceitar da União Federal, em doação com encargos, a totalidade das ações integrantes do Capital Social da Central de Abastecimento do Paraná - CEASA-PR, conforme especifica. - Encerrada a discussão.

##### PROJETO DE LEI N° 383/90

A Assembléia Legislativa

do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a aceitar da União Federal, em doação com encargos, a totalidade das ações integrantes do Capital Social da Central de Abastecimento do Paraná - CEASA-PR, nos termos do Art. 2° do Decreto Lei n° 2427,

de 08 de abril de 1988.

Art. 2º - A doação referida no artigo anterior tem por finalidade a regionalização dos serviços prestados pela CEASA e far-se-á mediante assunção, pelo donatário, dos encargos seguintes:

I - obrigação de manter inalterado o objetivo social da CEASA;

II - inclusão de representantes dos usuários e dos empregados da CEASA nos órgãos de administração da sociedade;

III - observância da orientação normativa dos órgãos e entidades da Administração Federal;

IV - obrigação de assegurar à Companhia Brasileira de Alimentos - COBAL, sob a forma de comodato, a posse por prazo indeterminado, de uma área de 840m<sup>2</sup> na Central de Abastecimento Regional de Londrina; uma área de 540m<sup>2</sup> na Central de Cascavel e uma área de 600m<sup>2</sup> no Bairro do Capão da Imbuia em Curitiba, área esta pertencente a terceiro, cuja utilização gratuita deverá perdurar enquanto a CEASA possuir a administração do imóvel;

V - ceder, sob a modalidade de comodato, uma área de até 5.000 m<sup>2</sup>, sem benfeitorias, em favor da Companhia Brasileira de Alimentos - COBAL-PR, para efeito de expansão de sua área física, junto à Unidade Atacadista do Pinheirinho - Curitiba.

Parágrafo Único - A gratuidade assegurada nos itens IV e V deste artigo não exime a COBAL de concorrer, como condômina no rateio de pagamento de despesas comuns de manutenção e conservação do patrimônio imobiliário da CEASA-PR.

Art. 3º - Fica o Poder Executivo autorizado a promover os atos legalmente necessários a fim de que a CEASA-PR faça doação à COBAL do imóvel de que trata o inciso V, do artigo anterior.

Art. 4º - Fica a Procuradoria Geral do Estado autorizada a representar o Estado em todos os atos necessários ao cumprimento da presente lei.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.06.90.

(a) PODER EXECUTIVO

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 393/90, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem nº 143/90), que dá nova redação aos arts. 2º e 4º, da Lei nº 9105, de 23 de outubro de 1989 (Remuneração do servidor público). - Encerrada a discussão. (Publ. no D.A. nº 86, de 06.08.90).

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 394/90, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que doa à Prefeitura Municipal de Guaraqueçaba o excesso de área de terra que constituem o seu perímetro urbano que

perfazem um total de 420.447,50m<sup>2</sup>. Encerrada a discussão. (Publ. no D.A. nº 86, de 06.08.90).

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 407/90, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que cria "ad referendum" do resultado do plebiscito, o Município de CAPIVARI-CACHOEIRA, com território desmembrado do Município de Campina Grande do Sul. - Encerrada a discussão. (Publ. no D.A. nº 87, de 07.08.90).

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 12/90, de autoria do Deputado LUCIANO PIZZATTO, que autoriza a realização de plebiscito na localidade de ÁGUA QUENTE DOS DOMINGUES, situada no Município de Rio Azul, para que a respectiva população decida sobre a incorporação desta área ao Município de Rebouças, com as confrontações que especifica. - Encerrada a discussão. (Publ. no D.A. nº 26, de 26.03.90).

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 48/90, de autoria dos Deputados CAÍTO QUINTANA e MÁRIO PEREIRA, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, no Município de Capitão Leônidas Marques, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de SANTA LÚCIA. - Encerrada a discussão. (Publ. no D.A. nº 45, de 25.04.90).

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 85/90, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, no Município de Palmas, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de CORONEL DOMINGOS SOARES. - Encerrada a discussão. (Publ. no D.A. nº 86, de 06.08.90).

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 86/90, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, no Município de Cerro Azul, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de VILA BRANCA. - Encerrada a discussão. (Publ. no D.A. nº 86, de 06.08.90).

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 87/90, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que autoriza a realização de plebiscito tendo em vista a Lei nº 9236, de 30.04.90, que cria o Município de TUNAS, desmembrado de Bocaiúva do Sul, com as divisas que especifica. - Encerrada a discussão. (Publ. no D.A. nº 86, de 06.08.90).

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 89/90, de autoria do Deputado ANIBAL

KHURY, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, no Município de Campina Grande do Sul, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de CAPIVARI CACHOEIRA. - Encerrada a discussão. (Publ. no D.A. n° 87, de 06.08.90).

Requerimentos de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constantes do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia pelo prazo de 10(dez) sessões, do Projeto de Lei Complementar n° 338/90, e do Projeto de Lei n° 33/90. - Prejudicados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa, requerimentos de n°s 1952 e 1951, de autoria do Sr. Deputado Lauro Lobo Alcantara, constantes do expediente. - Aprovados. - À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1948, de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1904, de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

O SR. RUBENS BUENO (Pela Ordem) - Sr. Presidente, para alertar mais uma vez o Plenário desta Casa, que hoje se encerra o prazo para apresentação de emendas à Lei de Diretrizes Orçamentárias. Alertar aos Srs. Deputados que a assessoria está à disposição, não só para ajudar na montagem dessas emendas, como dar-nos as condições mínimas de subsídios da Casa para poder elaborar o Relatório Geral a partir de amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa

solicita aos Srs. Deputados que desejam atender a solicitação do Deputado Relator Rubens Bueno, que apresentem as emendas sem prejuízo da fase normal da votação que será permitido emendas em segunda discussão.

O Deputado Algaci Túlio solicita a presença dos membros da Comissão que vai apurar irregularidades na Secretaria da Fazenda e órgãos afins para amanhã, às 09 horas, na Sala das Comissões.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 14, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

##### EM VOTAÇÃO

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n° 33 e 118/90, e do Projeto de Resolução n° 81/90.

##### EM VOTAÇÃO

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar n° 338/90 e dos Projetos de Lei n.ºs 122, 154, 155, 157, 307, 309, 318 e 379/90, e do Projeto de Resolução n° 13/90.

##### EM VOTAÇÃO

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs 278/89, 383, 393, 394 e 407/90, e dos Projetos de Resolução n.ºs 12, 48, 85, 86, 87 e 89/90.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar n° 386/90, dos Projetos de Lei n° 268/89 e 190/90, e do Projeto de Resolução n° 51/90.

Levanta-se a sessão.